

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de Equipamentos e Mobiliários, para atender as necessidades da Unidade Básica de Saúde Waldir Costa conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Subsecretaria de Atenção Básica
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico (Art. 28, I) nos termos da Lei nº14.133/21
1.4	Período:	Imediato, com entrega em até 30 dias.
1.5	Tipo:	Menor preço unitário (Art. 33, I) Lei nº 14.133/21

1.6 Aquisição de Equipamentos e Mobiliários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	Qtd.
COTA EXCLUSIVA					
01	473585	MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL DO TIPO NOTEBOOK, COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR NO MÍNIMO INTEL CORE I5 OITAVA GERAÇÃO OU AMD A10 OU SIMILAR; 1 (UM) DISCO RÍGIDO DE 480 GIGABYTES, OU NVME, VELOCIDADE DE ROTAÇÃO 7.200 RPM; MEMÓRIA RAM DE 08 (OITO) GIGABYTES, EM 02 (DOIS) MÓDULOS IDÊNTICOS DE 04 (QUATRO) GIGABYTES CADA OU UM MÓDULO DE 8 GIGABYTES , DO TIPO SDRAM DDR4 2.133 MHZ OU SUPERIOR; TELA LCD DE 14 OU 15 POLEGADAS WIDESCREEN, SUPORTAR RESOLUÇÃO 1.600X900 PIXELS; TECLADO DEVERÁ CONTER TODOS OS CARACTERES DA LÍNGUA PORTUGUESA, INCLUSIVE Ç E ACENTOS, NAS MESMAS POSIÇÕES DO TECLADO PADRÃO ABNT2; MOUSE TOUCHPAD COM 02(DOIS) BOTÕES INTEGRADOS; MOUSE ÓPTICO COM CONEXÃO USB E BOTÃO DE ROLAGEM (SCROLL); INTERFACES DE REDE 10/100/1000 CONECTOR RJ-45 FÊMEA E WIFI PADRÃO IEEE 802.11A/B/G/N; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO(64 BITS); BATERIA RECARREGÁVEL DO TIPO ÍON DE LÍTIO COM NO MÍNIMO 06(SEIS) CÉLULAS; FONTE EXTERNA AUTOMÁTICA COMPATÍVEL COM O ITEM; POSSUIR INTERFACES USB 2.0 & 3.0, 01(UMA)HDMI, LEITOR DE CARTÃO; CÂMARA INTEGRADA, WEBCAM FULL HD (1080P); DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE MALETA DO TIPO ACOLCHOADA PARA TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; GARANTIA 12 MESES.		Unid	12



02	448221	NO BREAK (PARA COMPUTADOR) ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; NO BREAK COM POTÊNCIA NOMINAL DE 1,2KVA; POTÊNCIA REAL MÍNIMA DE 600 W; TENSÃO ENTRADA 115/127/220 VOLTS(EM CORRENTE ALTERNADA) COM COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA; TENSÃO DE SAÍDA 110/115 OU 220 VOLTS (A SER DEFINIDA PELO SOLICITANTE); ALARMES AUDIOVISUAL; BATERIA INTERNA SELADA; AUTONOMIA A PLENA CARGA MÍNIMO 15 MINUTOS CONSIDERANDO CONSUMO DE 240 WATS; POSSUIR NO MÍNIMO 06 TOMADAS DE SAÍDA PADRÃO BRASILEIRO; O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; GARANTIA 12 MESES.		Unid	30
03	604249	PROJETOR MULTIMÍDIA DISTÂNCIA MÍNIMA TELA:3,80 M, DISTÂNCIA MÁXIMA TELA:71,22 M, TIPO LÂMPADA: DIODO LASER, VOLTAGEM:110/240 VCA, FREQUÊNCIA:50/60 HZ, QUANTIDADE ENTRADA RGB:2 UN, QUANTIDADES ENTRADAS VÍDEO: MÍNIMO 5 UN, TIPO ZOOM: DIGITAL/OPTICO, TIPO: TETO E MESA, LUMINOSIDADE MÍNIMA:12.000 LM, TIPO PROJEÇÃO: FRONTAL E TETO, TIPO TECNOLOGIA: DLP, RESOLUÇÃO MÍNIMA:640 X 400 DPI, RESOLUÇÃO:1920 X 1200, TIPO CONTROLE: MANUAL E REMOTO. GARANTIA 12 MESES		Unid	04
04	484745	ROTEADOR (LAN) O HARDWARE DOS ROTEADORES WIRELESS DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: INSTALAÇÃO E GERENCIAMENTO ATRAVÉS DA INTERFACE WEB; MÍNIMO DE 04 (QUATRO) PORTAS GIGABIT (10/100/1000) E TRABALHAR COM A TECNOLOGIA AC, OU SEJA, ATUA NAS FREQUÊNCIAS 2,4 E 5 GHZ, GARANTINDO UMA CONEXÃO MAIS VELOZ E ESTÁVEL; MÍNIMO DE 4 ANTENAS FIXAS DE 5 DBI; MÍNIMO DE 3 PORTAS LAN (10/100/1000 MBPS CADA); MÍNIMO DE 1 PORTA INTERNET (10/100/1000 MBPS); MEMÓRIA FLASH MÍNIMA DE 8 MB; MEMÓRIA RAM MÍNIMA DE 128 MB; PADRÕES: IEEE 802.11A/B/G/N/AC; MODO DE OPERAÇÃO: ROTEADOR AP / REPETIDOR WIRELESS / CLIENTE WIRELESS / PONTO DE ACESSO; FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 2.4 GHZ, 5 GHZ; LARGURA DE BANDA: 2.4 GHZ: 20, 40 MHZ, 5 GHZ: 20, 40, 80 MHZ;TAXA DE TRANSMISSÃO: 2.4 GHZ: ATÉ 300 MBPS; 5 GHZ: ATÉ 867 MBPS; CANAIS DE OPERAÇÃO: 2.4 GHZ E 5 GHZ CONFORME PADRÕES BRASILEIROS; SEGURANÇA: WPA-WPA2/PSK COM CRIPTOGRAFIA TKIP E/OU AES; SUPORTE A IP FIXO E IP DINÂMICO; FUNCIONALIDADES DE FIREWALL INTEGRADAS; FUNCIONALIDADES DE DHCP SERVER INTEGRADAS; SUPORTE A PROTOCOLO TCP/IP, DHCP CLIENT PARA O CASO DE CONFIGURAÇÃO COM IP DINÂMICO, DNS, NAT E HTTP; .LED DE INDICAÇÃO DESLIGADO: ROTEADOR DESLIGADO DA ENERGIA ELÉTRICA, LIGADO: ROTEADOR INICIALIZANDO, PISCANDO: OPERAÇÃO NORMAL; .LED DE INDICAÇÃO WLAN: DESLIGADO: A REDE WI-FI ESTÁ DESATIVADA, LIGADO: A REDE WI-FI ESTÁ ATIVADA, MAS NÃO HÁ DISPOSITIVO(S) TRAFEGANDO DADOS, PISCANDO: A REDE WI-FI ESTÁ ATIVADA E HÁ DISPOSITIVO(S) TRAFEGANDO DADOS; .LED DE INDICAÇÃO LAN (REPRESENTADOS PELO NÚMERO DE PORTAS ETHERNET): DESLIGADO: NÃO HÁ UM DISPOSITIVO CONECTADO À PORTA CORRESPONDENTE, LIGADO: HÁ UM DISPOSITIVO CONECTADO À PORTA CORRESPONDENTE, MAS SEM TRÁFEGO DE DADOS, PISCANDO: HÁ UM DISPOSITIVO CONECTADO À PORTA CORRESPONDENTE, COM TRÁFEGO DE DADOS; LED DE INDICAÇÃO WAN: DESLIGADO: ROTEADOR SEM CONEXÃO FÍSICA NA PORTA WAN, LIGADO: ROTEADOR COM		Unid	20



		CONEXÃO FÍSICA NA PORTA WAN, MAS SEM TRÁFEGO DE DADOS, PISCANDO: ROTEADOR COM CONEXÃO FÍSICA NA PORTA WAN E COM TRÁFEGO DE DADOS.GARANTIA 12 MESES .			
05	458705	TABLET SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 10.0 OU SUPERIOR; TELA DE NO MÍNIMO 8" COM TECNOLOGIA LCD OU LED; PROCESSADOR NO MÍNIMO QUAD CORE 2.0 GHZ OU SIMILAR; ARMAZENAMENTO INTERNO DE 16 GB OU SUPERIOR; DEVE POSSUIR SLOT PARA CARTÃO DE MEMÓRIA MICRO SD; CÂMERA TRAZEIRA DE NO MÍNIMO 8 MB E FRONTAL DE NO MÍNIMO 2 MB; CONEXÃO USB TIPO C E WI-FI; BLUETOOTH E 3G. DEVE POSSUIR SISTEMA DE GPS INTEGRADO		Unid	20
06	170925	TELA PROJEÇÃO MATERIAL ESTRUTURA: ALUMÍNIO EXTRUDADO, TIPO ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTÁTICA, MATERIAL: MATTE WITE, TIPO FIXAÇÃO: PAREDE/TETO, COR: BRANCA, ALTURA:228 CM, LARGURA:304 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADA EM ESTOJO METÁLICO, TIPO TELA: RETRÁTIL, TAMANHA TELA:150 POL		Unid	04
07	602021	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA PARA OBESOS BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL PARA OBESOS CAPACIDADE 300KG, COM RÉGUA ANTROPOMÉTRICA. ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO CARBONO, COM ALTURA MÍNIMA DE 110 CM. PLATAFORMA DE PESAGEM, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 40 CM X 60 CM, ACEITA-SE VARIAÇÃO DE +/- 10 CM; CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO, COM TAPETE DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, NA COR PRETA, PÉS REGULÁVEIS EM BORRACHA SINTÉTICA, NA COR PRETA. ANTROPÔMETRO MANUAL, EM AÇO INOX POLIDO, ACOPLADO À COLUNA DA BALANÇA, GRADUADA EM 0,5 CM, NUMERADAS A CADA CENTÍMETRO, INICIANDO A NUMERAÇÃO EM 1,00 M E TERMINANDO EM 2,00 M. CAPACIDADE DE PESAGEM ATÉ 300 KG, RESOLUÇÃO DA BALANÇA EM DIVISÕES DE 50 À 100 GRAMAS. DISPLAY DIGITAL COM 06 DÍGITOS, DE ALTA VISIBILIDADE, SENDO MAIOR/IGUAL A 2 CM, VISOR EM LCD OU LED, TER COMANDOS DE LIGA, DESLIGA, E TECLA TARA. FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA DE 90 À 240 VAC COM CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO, OU SISTEMA BIVOLT AUTOMÁTICO DE TENSÃO. FREQUÊNCIA DE ALIMENTAÇÃO 60 HZ. TIPO DE CABO DE REDE DEVE SEGUIR A NBR 14136. ACOMPANHA CABOS, CONECTORES E ACESSÓRIOS, INDISPENSÁVEIS AO BOM FUNCIONAMENTO DO APARELHO, ALÉM DE MANUAL. A BALANÇA DEVERÁ SER ENTREGUE TESTADA E CALIBRADA. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E ANTICORROSIVO, PINTURA EM EPÓXI PÓ NA COR BRANCA. NO EQUIPAMENTO DEVERÁ CONTER DE FORMA LEGÍVEL E PERMANENTE, A MARCA DO FABRICANTE. EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PROCEDÊNCIA.		Unid	06
08	612434	BALANÇA DIGITAL PORTÁTIL CAPACIDADE: ATÉ 500 KG, DIMENSÃO PLATAFORMA: CERCA DE 100 X 100 CM, ALIMENTAÇÃO: BATERIA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: C/ PÉS, VISOR DIGITAL, ANTIDERRAPANTE, DE PISO, MODELO: C/ RAMPA BILATERAL P/ ACESSO DE CADEIRANTE ESTRUTURA: AÇO CARBONO.		Unid	06



09	615324	DEA- DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO – DEA =MODO DE FUNCIONAMENTO: SEMIAUTOMÁTICO, FORMA DE ONDA: RETILÍNEO BIFÁSICO, RECURSOS: REGISTRO DE EVENTOS PCR, AUTONOMIA DA BATERIA (Nº DE CHOQUES): MÍNIMO 60 CHOQUES, ALIMENTAÇÃO: BATERIA RECARREGÁVEL, TRANSFERÊNCIA DE DADOS: COM E SEM FIO.		Unid	01
10	444535	DERMATOSCÓPIO TIPO: PORTÁTIL, ACESSÓRIOS: AMPLIAÇÃO DE ATÉ 10 X, CABO METAL, HALÓGENA. COMPONENTES: C/ 2 LENTES, ESTOJO PRÓPRIO, TENSÃO: À BATERIA.		Unid	02
11	445612	LARINGOSCÓPIO ADULTO LARINGOSCÓPIO ADULTO. LÂMPADA TIPO DE FIBRA ÓTICA, COM 10 LÂMINAS COM CABO, MATERIAL 2: EM AÇO INOXIDÁVEL, O CABO DEVERÁ SER ADULTO E TER UMA EMBALAGEM COMO ESTOJO.		Unid	10
12	4454618	LARINGOSCÓPIO INFANTIL LARINGOSCÓPIO INFANTIL. DISPOSITIVO COMPOSTO POR 1 (UM) CABO E 3 (TRÊS) LÂMINAS RETAS – MILLER 00, MILLER 0, MILLER 1 – SENDO FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ONDE AS LÂMINAS SÃO ENCAIXADAS NO CABO DE SUPORTE; FONTE DE ENERGIA: PILHAS INSERIDAS NO CABO; TAMPA ROSQUEÁVEL QUE IMPOSSIBILITE A ENTRADA DE LÍQUIDOS NO INTERIOR DO CABO. ILUMINAÇÃO ATRAVÉS DE LÂMPADA DE XÉNON 2,5 V OU HALÓGENA 2,5 V QUE PROPORCIONE MAIOR LUMINOSIDADE. ACOMPANHA O EQUIPAMENTO BOLSO COM ZÍPER OU ESTOJO, MANUAL DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO EM LÍNGUA PORTUGUESA.		Unid	10
13	283266	OFTALMOSCÓPIO OFTALMOSCÓPIO, TIPO: ELÉTRICO, SELETOR ABERTURA 5 OPÇÕES(PEQ. E GRANDE), TIPO LUZ: LUZ LED, 2 LAMP. RESERVAS, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:3,50 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DISCOS CIRCULARES, BARRAS VERTICAIS E HORIZONTAIS, COR FILTROS: FILTRO AZUL E/OU VERDE, APLICAÇÃO: CABO P/COLUNA +40 A - 25DPT, COMPONENTES: LENTES CONDENS. C/ESPELHO REFLETOR, ADICIONAIS: ILUMINAÇÃO P/ VISOR, FENDA, LENTE RF, ESTOJO, CABEÇOTE, COMPONENTES OUTROS: FIO ESPIRALADO, CABO ELÉTRICO, PROTETOR.		Unid	05
14	432759	OTOSCÓPIO SIMPLES LÂMPADA LED, COM ILUMINAÇÃO POR FIBRA ÓPTICA, PORTÁTIL, USADO PARA EXAMES EXTERNOS DO CONDUTO AUDITIVO, LENTE GIRATÓRIA CONECTADA AO OTOSCÓPIO, PROPORCIONA AUMENTO DE NO MÍNIMO 2 VEZES, REGULADOR DE ALTA E BAIXA LUMINOSIDADE. DEVE POSSUIR LÂMPADA LED. ACESSÓRIOS - NO MÍNIMO 09 (NOVE) ESPÉCULOS AURICULARES REUTILIZÁVEIS, EM PELO MENOS 03 (TRÊS) TAMANHOS DISTINTOS, COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) UNIDADES DE CADA TAMANHO; - 1 (UMA) BATERIA RECARREGÁVEL; -01 (UM) CARREGADOR DE BATERIA; -01 (UM) ESTOJO PARA TRANSPORTE E ARMAZENAGEM; DEVEM SER ENTREGUES COM O PRODUTO TODOS OS CABOS, CONECTORES, ADAPTADORES E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO CONJUNTO OFERTADO; DEVEM SER ENTREGUES OS MANUAIS DE OPERAÇÃO, EM PORTUGUÊS. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DO EQUIPAMENTO: BIVOLT AUTOMÁTICO OU DE ACORDO COM TENSÃO DA UNIDADE CONTEMPLADA. DEVE SER APRESENTADO O CERTIFICADO DE GARANTIA COMPLETA COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 01 ANO.		Unid	03



15	380068	ULTRASSOM PARA FISIOTERAPIA APARELHO ULTRASSONOGRRAFIA PARA FISIOTERAPIA FREQUÊNCIA EMISSÃO: 1 MHZ, VOLTAGEM: 110 / 220 V CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMISSÃO ONDAS CONTÍNUAS E PULSADAS COMPONENTES: COM CABEÇOTE.		Unid	10
16	7110	AQUECEDOR PORTÁTIL DE AMBIENTE ESPECIFICAÇÕES: AQUECEDOR PORTÁTIL DE AMBIENTE ELÉTRICO, CAPACIDADE DE 1500 WATTS, 220 VOLTS OU BIVOLT. INDICAR FUNCIONAMENTO DO PRODUTO ATRAVÉS DE LÂMPADA PILOTO; SILENCIOSO (BAIXO RUIDO), TERMOSTATO PARA CONTROLAR A TEMPERATURA DO AMBIENTE. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO (AXLXP)24X17X14. PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.		Unid	20
17	475764	ARQUIVO ARQUIVO 4 GAVETAS: FABRICADO EM AÇO INOX OU MATERIAL SIMILAR, EM CHAPA MÍNIMO DE 0,45 MM (26) E TAMPO SUPERIOR EM CHAPA MÍNIMO DE 0,60 MM (24). POSSUIR 04 (QUATRO) GAVETAS, COM SUPORTE PARA PASTA SUSPensa, APTAS A SUPORTAR O MÍNIMO DE 15 KG/GAVETA (UNIFORMEMENTE DISTRIBUÍDOS), TODAS MUNIDAS COM PUXADOR PLÁSTICO CROMADO OU MATERIAL SIMILAR E PORTA ETIQUETAS. POSSUIR 04 (QUATRO) SAPATAS PLÁSTICAS NIVELADORAS, SISTEMA DE FECHAMENTO POR CHAVE, QUE TRAVA SIMULTANEAMENTE TODAS AS GAVETAS. PINTURA ELETROSTÁTICA, COM TINTA A PÓ DIMENSÕES MÍNIMAS: DIMENSÕES DO ARQUIVO: 1.335 MM (ALT.) X 460 MM (LARG.) X 550 MM (PROF.) DIMENSÕES DAS GAVETAS: 280 MM (ALT.) X 390 MM (LARG.) X 430 MMUnid		Unid	20
18	207092	ARMÁRIO ARMÁRIO ESCRITÓRIO, MATERIAL: AÇO, QUANTIDADE PORTAS:2 UN, MATERIAL PORTA: AÇO, TIPO PORTAS: ENCAIXE, QUANTIDADE PRATELEIRAS:3 UN, MATERIAL PRATELEIRAS: AÇO, TIPO PUXADOR: AÇO; LARGURA:120 CM, ALTURA:2 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHADO COM CHAVE, PROFUNDIDADE:50 CM, ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA EM EPÓXI, COR: CINZA, TIPO: ALTO		Unid	30
19	363839	CADEIRA CADEIRA FIXA, ESTRUTURA EM AÇO PINTADA EM EPÓXI NA COR AZUL FOSCA, ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA COMPENSADA MOLDADA ANATOMICAMENTE, ALMOFADA DE ESPUMA INJETADA, COM 4 CM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM COURVIN NA COR AZUL ROYAL, COM PROTEÇÃO DAS BORDAS EM PERFIL DE PVC DE ALTO IMPACTO, COM PONTEIRAS EM PLÁSTICO RESISTENTE NOS PÉS. MEDIDAS APROXIMADAS: 45 X 45 X 42 CM (A X L X P).		Unid	62
20	359281	CADEIRA PARA OBESO CADEIRA ESCRITÓRIO PARA OBESO MATERIAL ESTRUTURA: AÇO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO: TECIDO 100% POLIÉSTER, MATERIAL ENCOSTO: ESPUMA POLIURETANO INJETADO, MATERIAL ASSENTO: ESPUMA POLIURETANO INJETADO, TRATAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA: PINTURA EM EPÓXI PRETO, TIPO BASE: GIRATÓRIA/REGULAGEM ALTURA PISTÃO GÁS, TIPO ENCOSTO: ESPALDAR MÉDIO REGULÁVEL, APOIO BRAÇO: FORMA "T"/ALTURA REGULÁVEL, COR: PRETA, TIPO SISTEMA REGULAGEM VERTICAL: BACK SYSTEM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ERGONÔMICA, ESPUMA 55 A 60 KG/M3, 5 PÉS, RODÍZIOS. DEVE TER CAPACIDADE DE SUPORTE MÍNIMO 120 KG.		Unid	05



21	301727	ESTANTE MATERIAL: AÇO, TIPO: DESMONTÁVEL, ESTRUTURA: REFORÇADA, PROFUNDIDADE:0,39 A 0,40 M, ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI-PÓ, COR: CINZA ESCURO, QUANTIDADE PRATELEIRAS:6 UN, TIPO PRATELEIRAS: REGULÁVEIS, ALTURA:2,30 A 2,40 M, LARGURA:0,92 A 0,94 M, TIPO TRAVAMENTO: EM "X" NAS LATERAIS E FUNDO, MATERIAL CANTONEIRA: AÇO 14 (1,9 MM), TIPO REFORÇO PRATELEIRA: EM FORMA DE ÔMEGA, LOCAL REFORÇO: NA PARTE INFERIOR COLUNA PERFIL "L" CHAPA 14, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPO 5CM ESPESSURA E ENCABEÇAMENTO ARRENDONDADO, MATERIAL PRATELEIRAS: CHAPA AÇO 22		Unid	20
22	456709	MESA DE ESCRITÓRIO MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA AGLOMERADA/MDF MATERIAL TAMPO: MADEIRA AGLOMERADA/MDF REVESTIMENTO TAMPO: LAMINADO MELAMÍNICO QUANTIDADES GAVETAS: 3 UN LARGURA: 1,20 M PROFUNDIDADE: 0,60 M, ALTURA: 0,75 M, PADRÃO ACABAMENTO TAMPO: BORDAS ARREDONDAS, ACABAMENTO ESTRUTURA: LAMINADO MELAMÍNICO, ESPESSURA TAMPO: 25 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PUXADORES E TRANCA SIMULTÂNEAS		Unid	10
23	601423	MESA DE REUNIÃO MESA DE REUNIÃO REDONDA; TAMPO EM MDF MEDINDO NO MÍNIMO 2 CM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO NA COR CINZA CLARO, BORDAS REVESTIDAS EM PVC DE ALTO IMPACTO NA COR CINZA CLARO, ESTRUTURA EM AÇO PINTADA EM EPÓXI NA COR CINZA FOSCA COM 4 PÁS, SAPATAS DESLIZANTES E PÉS REGULÁVEIS. MEDIDAS APROXIMADAS: 100 X 75 CM (D X A).		Unid	04
24	456709	MESA PARA COMPUTADOR MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA AGLOMERADA/MDF MATERIAL TAMPO: MADEIRA AGLOMERADA/MDF REVESTIMENTO TAMPO: LAMINADO MELAMÍNICO QUANTIDADES GAVETAS: 3 UN LARGURA: 1,20 M PROFUNDIDADE: 0,60 M, ALTURA: 0,75 M, PADRÃO ACABAMENTO TAMPO: BORDAS ARREDONDAS, ACABAMENTO ESTRUTURA: LAMINADO MELAMÍNICO, ESPESSURA TAMPO: 25 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PUXADORES E TRANCA SIMULTÂNEAS		Unid	30
25	483031	MESA PARA IMPRESSORA MATERIAL ESTRUTURA: MDP, MATERIAL TAMPO: MDP, REVESTIMENTO TAMPO: LAMINADO MELAMÍNICO, COR TAMPO: CINZA, QUANTIDADES GAVETAS:2 UN, LARGURA:90 CM, PROFUNDIDADE:46,5 CM, ALTURA:74,5 CM, COR ESTRUTURA: CINZA		Unid	30
26	4039	LONGARINA CADEIRA SOBRE LONGARINA, MATERIAL ASSENTO E ENCOSTO: POLIPROPILENO, COR: PRETA, QUANTIDADE ASSENTOS:3 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM BRAÇO, COMPRIMENTO LONGARINA: APROXIMADAMENTE 1,65 CM, LARGURA LONGARINA: APROXIMADAMENTE 63 CM, MATERIAL ESTRUTURA: TUBO AÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL LONGARINA: PINTURA ELETROSTÁTICA EM EPÓXI-PÓ, COR LONGARINA: PRETA		Unid	30
27	328655	BALDE A PEDAL LIXEIRA: MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 40 L, DIÂMETRO: 29 CM, ALTURA: 59 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PEDAL DE ABERTURA, MATERIAL BORDA: CHAPA DOBRADA		Unid	20



28	406848	BALDE/LIXEIRA MATERIAL EM AÇO INOXIDÁVEL COM PEDAL, CAPACIDADE PARA 12 LITROS. POSSUI BALDE INTERNO REMOVÍVEL QUE FACILITA A RETIRADA DO LIXO, ALÇA EM METAL CROMADO, PEDAL COM APOIO DE BORRACHA.		Unid	30
29	444802	BIOMBO BIOMBO DE TRÊS FACES COM ESTRUTURA EM TUBOS RETANGULARES DE AÇO ASE 1010 COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ NA COR BRANCA, DIVISÓRIAS EM POLIETILENO PARA FACILITAR A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO NA COR BRANCA, DOTADO DE RODÍZIOS DE 0,50MM DE DIÂMETRO. DIMENSÕES: ALTURA: 180CM COMPRIMENTO ABERTO: 180CM COMPRIMENTO FECHADO: 63 CM.		Unid	10
30	473316	ESCADA COM 2 DEGRAUS ESCADA PARA USO HOSPITALAR, ESTRUTURA EM AÇO TUBULAR PINTADA NA COR BRANCA, COM 2 DEGRAUS, PISO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, CINTA EM AÇO INOXIDÁVEL EM TORNO DOS DEGRAUS E PÉS COM PONTEIRA DE BORRACHA.		Unid	10
31	367800	MESA DE EXAME ESTRUTURA: FERRO, MATERIAL LEITO: MADEIRA, ACABAMENTO SUPERFICIAL MATERIAL LEITO: ESPUMA ALTA DENSIDADE, REVESTIDO COURVIN PRETO, TIPO MOVIMENTO: ASSENTO FIXO, ENCOSTO E APOIO PERNAS RECLINÁVEIS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGULAGEM DO DORSO, SUPORTE COLPOSCÓPIO, MATERIAL PORTA-COXA: PORTA-COXAS ESTOFADO, REVESTIMENTO PORTA-COXA: COURVIN, COMPONENTES ADICIONAIS: ARMÁRIO COM 3 GAVETEIROS INTERNOS E 1 PORTA, DIMENSÕES:1,80 X 0,60 X 0,80M APROXIMADOS		Unid	05
32	415928	MESA GINECOLÓGICA ESTRUTURA: TUBO AÇO MATERIAL LEITO: CHAPA AÇO INOX, ESTOFADO EM COURVIN, TIPO MOVIMENTO: LEITO COM TRÊS SEÇÕES MÓVEIS COM REGULAGEM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BALDE AÇO INOX..MATERIAL PORTA COXA: PORTAS COXAS ESTOFADO. COMPONENTES ADICIONAIS: GAVETA EM AÇO INOX.		Unid	03
AMPLA CONCORRÊNCIA					
33	461151	COMPUTADOR DESKTOP PROCESSADOR FREQUÊNCIA: 2.90 GHZ (MAX TURBO 4.30 GHZ), 64 BITS, CACHE: 12MB; VELOCIDADE DO BARRAMENTO: 8 GT/, TDP: 65W. DEVE ATINGIR O ÍNDICE DE, NO MÍNIMO, 12000 PONTOS PARA O DESEMPENHO, TENDO COMO REFERÊNCIA A BASE DE DADOS PASSMARK CPU MARK DISPONÍVEL NO SITE HTTP://WWW.CPUBENCHMARK.NET/CPU_LIST.PHP ; PLACA MÃE : COMPATÍVEL COM O PROCESSADOR, PADRÃO: ATX OU MICRO ATX, SAÍDA GRÁFICA: VGA (D-SUB) E HDMI, MEMÓRIA : 2 DIMMS, DDR4 2666/2400/2133MHZ, SUPORTA ATÉ 32 GB DE MEMÓRIA, ÁUDIO COM 8 CANAIS. REDE : 1 PORTA RJ-45 GIBAGIT. SLOT: 1 PCI EXPRESS 3.0/2.0 X16; 2 PCI EXPRESS 3.0/2.0 X1. INTERFACE DE ARMAZENAMENTO : 1 CONECTOR M.2, 4 CONECTORES SATA 6GB/S. PORTAS USB : 2 PORTAS USB 3.2, 4 PORTAS USB 2.0/1.1; 1 CONECTOR PS/2. MEMÓRIA : 1 PENTE DE MEMÓRIA, CAPACIDADE DE 8GB, TECNOLOGIA DDR4, VELOCIDADE DE FREQUÊNCIA: 2666MHZ. DISSIPADOR DE CALOR. MONITOR : LED FULL HD (1920X1080 60HZ) 21,5 POLEGADAS WIDESCREEN; PLACA		Unid	40



		DE REDE WIRELESS: SUPORTE AOS PADRÕES 802.11 A/B/C/G/N/AC; SUPORTE A WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK E WEP 64-BIT E 128-BIT; OPERAR NA FAIXA DE FREQUÊNCIA: 2.400 A 2.483,5 E 5 GHZ; DISCO DE ARMAZENAMENTO SSD: CAPACIDADE DE 240 GB MÍNIMA, FONTE DE ENERGIA: 500W REAL QUE SUPORTE O EQUIPAMENTO, SEMI MODULAR 41,6", COOLER 120MM, 80 PLUS. GABINETE: DUTO DE AR LATERAL, COR PREDOMINANTE PRETA, BAIAS: 2 X 5.25 EXTERNA / 2 X 3.5 INTERNA HDD / 3 X 2.5 INTERNA SSD, USB FRONTAL; MOUSE USB ÓPTICO, NA COR DO GABINETE, RESOLUÇÃO DE MOVIMENTO 1000 DPI, CABO DE 1,8 M, PRETO, CAIXAS DE SOM; TECLADO USB, NA COR DO GABINETE, TECLAS DE ACESSO RÁPIDO MULTIMÍDIA E ABNT2. SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 10 PRO. GARANTIA DE <u>36 MESES</u> , EQUIPAMENTO NOVO.			
34	603774	GRUPO GERADOR (8 A 100KVA). GRUPO GERADOR ESTACIONÁRIO À DIESEL NA POTÊNCIA MÍNIMA DE 71.0 / 78.0 KVAS (REGIME DE OPERAÇÃO CONTÍNUO / STAND-BY). POSSUI DISJUNTOR TRIPOLAR DE PROTEÇÃO MECÂNICO, PROTEÇÃO CONTRA CURTO CIRCUITO, CORRENTE MÁXIMA E INVERSÃO DE FASES. POSSUI PAINEL DIGITAL E QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA. POSSUI SISTEMA DE PARTIDA ELÉTRICA A 12 VCC E COM REGULADOR AUTOMÁTICO DE TENSÃO (AVR). POSSUI ALTERNADOR COM FATOR DE POTÊNCIA 0.8, TRIFÁSICO, NA TENSÃO 220/127 V, 60 HZ, 4 POLOS, TIPO BRUSHLESS, RECONECTÁVEL EM 220/380 OU 440 V E COM ACESO AO NEUTRO POSSUI MOTOR A DIESEL A 1.800 RPM, REFRIGERADO ÁGUA (RADIADOR), NO MÍNIMO 3 CILINDROS EM LINHA, GOVERNADOR MECÂNICO DE VELOCIDADE. POSSUI TANQUE ACOPLADO NA BASE COM AUTONOMIA MÍNIMA DE ATÉ 8 HORAS, EM FUNCIONAMENTO CONTÍNUO. POSSUI ISOLAMENTO ACÚSTICO COM PRESSÃO ACÚSTICA A 7 METROS ENTRE 70 A 75 DB(A) DEVE ACOMPANHAR: SISTEMA DE PRÉ-AQUECIMENTO E BANDEJA DE CONTENÇÃO DE LÍQUIDOS NA BASE. PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. COM INSTALAÇÃO.		Unid	02
35	287707	AR CONDICIONADO APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO:12.000 BTU/H, TENSÃO:220 V, TIPO:SPLIT, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: QUENTE/FRIO. PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. COM INSTALAÇÃO.		Unid	40

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8. O bem a ser adquirido se enquadra na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso X da Lei 14.133/2021, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.9. A presente contratação enquadra-se como fornecimento não-contínuo, sem demanda de caráter permanente e de acordo com as propostas de aquisição nº 11399.442000/1230-04, com recurso advindo de Emenda Parlamentar conforme comprovado na documentação acostada nos autos.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO



3.1. AQUISIÇÃO de EQUIPAMENTOS e MOBILIÁRIOS para atender as necessidades da Unidade Básica de Saúde Waldir Costa.

3.2. A aquisição a contratar é enquadrada como bem comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado. Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento do tipo menor preço unitário, para possibilitar a competitividade aos participantes. Dessa forma assegurando maior economicidade na aquisição.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os equipamentos e mobiliários constantes no subitem 1.6 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

4.2. Caso os itens apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à Contratada efetuar a troca, no prazo máximo de 5 dias, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.

4.3. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;

4.4. A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

b) Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento.

c) Só será admitida a oferta do produto “Ar Condicionado” que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe A, nos termos das Portarias INMETRO nº 7, de 04/01/2011, nº 643, de 30/11/2012 e nº 410, de 16/08/2013, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

d) Só será admitida a oferta de “computadores” que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

e) Só será admitida a oferta de itens de informática que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);”

4.5. Outrossim, deverão constar nos itens os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), se aplicável;

4.6. No caso de aplicabilidade, não serão aceitos itens cujos registros no Ministério da Saúde/ANVISA, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.

4.7. Caso os itens cotados sejam dispensados do registro na ANVISA, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.



4.8. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.9. No momento da entrega, os itens deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):

- 4.9.1. Manual de operação;
- 4.9.2. Manual de serviços;
- 4.9.3. Esquemas eletrônicos;
- 4.9.4. Procedimentos de calibração;
- 4.9.5. Procedimentos de manutenção preventiva;
- 4.9.6. Certificado de garantia;

4.10. Todos os documentos mencionados nos subitens 4.9.1 a 4.9.6 deverão estar no idioma português(Br).

4.11. A Contratada deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança e desempenho dos itens.

4.12. Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

4.13. A Contratada deverá fornecer garantia pelo período mínimo de **36 meses** para o item 02 (computador) e **12 meses** para todos os outros itens constantes no Termo de Referência, a contar da respectiva aceitação.

4.14. Visando a manutenção da garantia mencionada anteriormente, será de responsabilidade da Contratada a entrega, o transporte, a descarga, a colocação, a montagem (caso o bem for entregue desmontado) e a instalação (no caso de equipamentos que necessitam de conexão com redes hidráulicas, elétricas ou entre suas partes, etc), a fim de garantir seu pleno funcionamento, nos locais indicados pelo responsável da unidade.

4.15. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante dentro do prazo de garantia.

4.16. Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

4.17. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte, mão de obra e material utilizado pelos técnicos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Contratada.

4.18. A Contratada deverá prestar assessoria profissional para adequação dos pontos (elétricos e/ou hidráulicos) necessários à correta operação de todos os equipamentos, conforme manual do fabricante, além de fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.

4.19. A tensão elétrica dos equipamentos solicitados deverá ser de 220v ou Bivolt/automático.

4.20. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o fornecedor interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, deverá apresentar catálogos/*folders* contendo fotos e especificações do produto ofertado para fins de verificação de conformidade com o solicitado no Termo de Referência.

4.20.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;

4.20.2. Se o(s) catálogo(s) apresentado(s) pelo primeiro fornecedor classificado não for(em) aceito(s), será analisado a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo fornecedor classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) catálogo(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes no Termo de Referência;

4.21. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os itens deverão ser entregues em parcela única, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho.



5.2. Caso não seja possível a entrega no prazo acima, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.3.1. Av. Conselheiro Julius ARP, nº 80, Bloco VII, 3º pavimento – Centro – Nova Friburgo

5.4. As entregas deverão ser realizadas de segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h

5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.10. A Contratada deverá oferecer garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, de, no mínimo, 36 meses para o item 02 (computador) e de 12 meses para todos os outros itens, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.11. Visando a manutenção da garantia mencionada no item anterior, será de responsabilidade da Contratada a montagem de itens entregues desmontados e a instalação dos equipamentos (no caso de bens que necessitam de conexões com redes hidráulicas e elétricas, ou instalações entre suas partes, etc) a fim de garantir seu pleno funcionamento.

5.12. A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.13. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.14. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.15. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do bem.

5.16. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte, mão de obra e material utilizado pelos técnicos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Contratada.

5.17. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.18. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.19. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.20. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do

Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.21. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.22. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

6.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.12. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.13. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.14. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.



6.17. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.17.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.17.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.17.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.17.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 11.399.442/0001-79

AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

7.2. Todos os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Conselheiro Julius ARP, nº 80, Bloco VII, 3º Pavimento - Centro, Nova Friburgo/RJ.

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3.2. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2.480/2023, o qual dispõe sobre arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive restando o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela

contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR.

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, fundamentada através da lei nº 14.133/2021, de acordo com o disposto nos itens 1.3 e 1.5 deste Termo de Referência;

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação jurídica:

a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa



individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.1.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão

expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou órgãos de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas.

A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1 Da Contratada:

A) Atender a todas as solicitações ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

B) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

C) Efetuar o transporte, a entrega, a descarga e a montagem e/ou instalação dos bens em perfeitas condições, todos os equipamentos 220V ou Bivolt (automático), no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante,



modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal;

C) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

D) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

E) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

F) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

G) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

H) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

I) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

J) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta, por no mínimo 36 meses para o item 02 (computador) e 12 meses para todos outros itens;

K) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2. Da Contratante:

A) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

B) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

C) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

D) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

E) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

F) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

G) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

H) demais condições constantes do edital de licitação;

I) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1. Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;



10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

